

NATRIELLI, Adriana. A crítica do discurso poético na *República* de Platão. In: MARTINS, R. A.; MARTINS, L. A. C. P.; SILVA, C. C.; FERREIRA, J. M. H. (eds.). *Filosofia e história da ciência no Cone Sul: 3º Encontro*. Campinas: AFHIC, 2004. Pp. 8-11. (ISBN 85-904198-1-9)

A CRÍTICA DO DISCURSO POÉTICO NA *REPÚBLICA* DE PLATÃO

Adriana Natrielli*

Resumo – O objetivo deste trabalho é a investigação da crítica feita por Platão à poesia mimética e a todo gênero imitativo, nos livros II, III e X da República, utilizando eventualmente trechos de outros diálogos. Num primeiro registro, cabe uma análise das causas dessa censura à poesia que é imitação como consequência da Teoria das Idéias, e como resultado da crise de valores sugerida pela questão da definição da justiça na República. Num segundo registro, o trabalho visa propor termos classificatórios para os argumentos utilizados na recusa das artes imitativas, tais como “crítica ontológica”, “crítica epistemológica” e “crítica axiológica”, avaliando, ao mesmo tempo, a adequação dos mesmos. O ponto de partida será, portanto, analisar o conceito de mimese do livro X e como este se apropria das considerações feitas sobre a noção de mýthos no livro II, tendo como eixo a idéia de um modelo a ser seguido pela criação poética.

Na *República*, Platão descreve o diálogo no qual Sócrates pesquisa a natureza da justiça e da injustiça. Para isso, transferindo a análise do individual ao coletivo, procura a justiça “em letras grandes”, imaginando a constituição de uma cidade ideal. À medida que essa cidade vai sendo construída, desde sua forma mais primitiva até se tornar mais complexa, há a necessidade de uma especialização de tarefas cada vez maior. Essa cidade terá então uma classe de guardiões para defendê-la e estes deverão receber uma boa educação para que sejam, segundo Sócrates, “brandos para os compatriotas embora acerbos para os inimigos; caso contrário não terão de esperar que outros a destruam, mas eles mesmos se anteciparão a fazê-lo” (PLATÃO, *República*, 375c). Sendo assim, uma grande parte do diálogo se dedica a decidir qual seria a educação mais adequada para se formar homens “com uma certa natureza filosófica” que terão a função de proteger e governar essa cidade imaginada como perfeita e justa. Os livros II e III da *República* descrevem com detalhes essa educação destinada aos guardiões que serão os melhores entre os cidadãos. Sua educação será à maneira tradicional grega, isto é, através da ginástica para o aprimoramento do corpo e da música para

* Mestranda em Filosofia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, Brasil. E-mail: adrianielli@uol.com.br.

gerar harmonia na alma. Será portanto nessa discussão sobre qual seria a educação mais adequada para se formar homens com uma certa natureza filosófica que surge pela primeira vez o tema da poesia na *República*.

A poesia é tratada nos livros II e III como parte da educação musical que deveria ser destinada aos guardiões da cidade. Essa poesia da qual Sócrates fala são os mitos ou as histórias sobre os deuses, que eram contadas às crianças desde cedo e que também serviram de base para o surgimento da tragédia e da comédia. Mas Sócrates irá dizer que “das (fábulas) que agora se contam, a maioria deve rejeitar-se” (*República*, 377c), pois para ele elas estão cheias de mentiras e não deveriam mostrar os seres mais elevados lutando e se odiando uns aos outros.

Sócrates passa, assim, todo livro II e III prescrevendo regulamentos à criação poética e, após analisar os conteúdos das histórias, passa a discutir a maneira como essas eram contadas e qual seria a forma mais adequada. Sócrates expõe então três formas de narrativa que podem ser utilizadas ao se contar uma história: a simples narrativa na qual o poeta fala de seu ponto de vista sem representar ser outra pessoa; a imitação ou *mímese* que é pura representação e na qual o poeta se omite; e uma terceira mista, constituída pela mistura de ambas (*República*, 392d). Mais à frente, Sócrates irá identificar cada um desses tipos de narrativa da seguinte forma: “em poesia e em prosa há uma espécie que é toda imitação, como tu dizes que é a tragédia e a comédia; outra, de narração pelo próprio poeta – é nos dítirambos que pode-se encontrar de preferência; e outra ainda constituída por ambas, que se usa na composição da epopéia e de muitos outros gêneros” (394d). No livro III da *República*, a conclusão é que o uso da *mímese* deverá ser limitado, destinando-se apenas à imitação dos homens de bem, pois, segundo Sócrates, “a baixeza, não devem ser capaz de praticá-la nem ser capazes de a imitar, nem nenhum dos outros vícios, a fim de que, partindo da imitação, passem ao gozo da realidade” (395c).

A partir daí, o tema da poesia irá reaparecer no diálogo somente no livro X, após o assunto principal da *República*, que é a definição da justiça na cidade, estar aparentemente concluído.

Quais seriam as razões para esse deslocado retorno ao tema? Vários comentadores consideram o livro X como um apêndice¹, e ainda que haja quem o considere até mesmo como um epílogo² em relação ao restante da obra, o fato é que o que é dito sobre a poesia e a *mímese* no livro X não parece se encaixar muito bem com o que havia sido dito antes.

Se nos livros II e III, como vimos, o objetivo de Sócrates é tratar dos regulamentos que deveriam ser impostos à poesia como um todo, fazendo parte dela suas modalidades imitativa e não imitativa, no livro X há um deslocamento do foco da discussão e esta recairá unicamente sobre a poesia imitativa ou mimética. Outro ponto é que se antes a aceitação da poesia imitativa era parcial, ou seja, deveria ser utilizada apenas para imitar o homem de bem, no livro X Sócrates declara a necessidade de a recusar em absoluto (*República*, 595a). Há aqui, portanto, um isolamento da *mímese* como tema principal, enquanto que a discussão sobre os guardiões e a função educativa da poesia é deixada de lado. Sendo assim, o problema do livro X não é mais o de determinar se a poesia imitativa seria ou não adequada à educação dos jovens daquela cidade ideal, mas o de mostrar por que ela não deveria mais ser executada nem ouvida, ao que parece, por ninguém dessa cidade justa.

As razões dadas por Sócrates no começo do livro X para o retorno ao tema são duas: primeiro o fato de ter se definido anteriormente cada parte da alma e depois diz que: “todas as obras dessa espécie se me afiguram ser a destruição da inteligência (*dianoia*) dos ouvintes, de quantos não tiverem como antídoto (*farmacon*) o conhecimento da sua verdadeira natureza” (*República*, 595b).

O livro X tem basicamente três objetivos: o de esclarecer qual a natureza da *mímese* que é a base

¹ Como é o caso de R. L. Nettleship, V. Goldshmidt, R. C. Cross e Julia Annas, citados no comentário de Maria Helena da Rocha Pereira em sua tradução: PLATÃO, *República*, p. XXXIV.

² Maria Helena cita apenas N. P. White como partidário dessa interpretação.

da poesia imitativa (*República*, 595a-598d); o de mostrar que os poetas não têm conhecimentos (*episteme*) verdadeiros sobre os assuntos de que parecem falar tão bem, iludindo a inteligência dos espectadores através do encanto da poesia (598d-602c); e, por fim, o de associar a poesia à pior parte da alma em detrimento da parte mais sábia e racional que deveria governar as demais (602c- 608b).

Mas parece que o principal motivo do descompasso entre o livro X e o resto da obra está na flutuação do sentido da palavra *mímese*, a qual passa a ser concebida como a própria poesia e não mais como apenas um de seus modos.

Enquanto no livro III a *mímese* era caracterizada no contexto das artes dramáticas como modo de expressão ou representação, no livro X a *mímese* será caracterizada, de um modo mais geral, como o modo através do qual o homem pode produzir qualquer coisa: artefatos, pintura ou poesia. A diferença entre modo de expressão e modo de produção se expressa no fato de que na primeira acepção da palavra *mímese* o poeta assume em si a forma do que imita, enquanto na segunda, ele produz algo exterior a si.

Isso implica em que, se antes a *mímese* não era totalmente admitida em virtude de um julgamento moral sobre bons ou maus modos de conduta, agora a *mímese* deverá ser completamente rejeitada em virtude de seu estatuto ontológico, ou seja, por um julgamento acerca da realidade de seus produtos. E é isso que define a *mímese* no livro X, uma forma de produzir coisas que serão sempre inferiores em realidade em relação aos modelos dos quais partiram. Não interessa aqui se os modelos são moralmente bons ou maus, o que condena a imitação é sua natureza ontologicamente inferior.

No livro X, o conceito de *mímese* a ser aplicado à produção dos poetas é sempre retirado da comparação com a atividade do pintor que imita visualmente coisas particulares. Mas entre poeta e pintor há ainda a figura do artesão. O exemplo dado por Sócrates para explicar as relações entre as cópias e os modelos será aquele dos três tipos de cama. Há uma cama que é a cama natural ou a Idéia de cama, única e essencial, da qual deus é o criador; uma segunda, a cama particular feita pelo artesão a partir da Idéia de cama anterior; e, por fim, a cama do pintor que imitou não a Idéia de cama, mas a cama particular tal como ela aparece. É importante observar o fato de que o pintor procurará sempre imitar a aparência da cama e não o Ser mesmo da cama. A conclusão será que as obras dos pintores e, por consequência, as obras dos poetas, “são objetos aparentes, desprovidos de existência real” (*República*, 596e), por serem feitos através da *mímese*.

Chegamos então ao primeiro objetivo do livro X, que é definir a natureza da *mímese*. Ela é definida como algo que produz coisas “afastadas três graus da realidade”, segundo o modo grego de contar os extremos; e se ela é utilizada por pintores e poetas trágicos, estes não são criadores de nada mas apenas imitadores ou *mimetés*. Nesse sentido, o conceito de *mímese* exposto nessa primeira etapa do livro X se liga intimamente com a teoria das Formas, sendo uma explicação ou imagem da ligação entre as Idéias e as coisas particulares, entre o plano sensível e o inteligível.

Mas de que modo a metáfora da imitação visual pode servir ao segundo objetivo do livro X, que é determinar qual o estatuto do conhecimento dos poetas, se um pintor não precisa necessariamente ter conhecimentos verdadeiros sobre aquilo que imita?

Dizer que os pintores são produtores de algo que se encontra “três graus afastado da realidade” só faz sentido a partir da descrição metafísica da Forma dos particulares e da pintura, mas para explicar porque faltam conhecimentos ao poeta será necessário outro argumento.

O exemplo dado por Sócrates para explicar esse ponto será o das três artes relativas ao mesmo objeto (*República*, 601c-602b). Segundo ele, há “a de o utilizar, a de o confeccionar, e a de o imitar” (601d), sendo que quem utiliza o objeto possui sua ciência (*episteme*), quem fabrica pode ter no máximo uma opinião (*doxa*) verdadeira pelo contato com quem utiliza, ao passo que, quem imita não possui nem ciência, nem opinião verdadeira e, nesse sentido, podemos dizer que Platão nega o valor das artes como base para o conhecimento.

A principal diferença entre esse argumento das três artes e o anterior da analogia entre a pintura e

a poesia é que nesse caso não se discutem os níveis de realidade dos objetos envolvidos, pois o que se utiliza, o que se produz e o que se imita se encontram num mesmo nível de realidade. O poeta é um imitador enquanto não utiliza nem fabrica aquilo que fala, mas não enquanto não tem nenhum conhecimento das Formas ou Idéias.

Portanto, devemos considerar que temos aqui dois argumentos completamente independentes: por um lado o argumento metafísico utilizado por Sócrates, com base nas semelhanças entre a pintura e a poesia, que serve para mostrar que a *mímese* produz obras “três vezes afastadas da realidade”; e, por outro, o argumento que mostra que aqueles que utilizam a *mímese* não possuem conhecimentos, ou a ciência do que imitam.

Se são argumentações diferentes, então só podemos entender essa lógica argumentativa buscando auxílio em outra parte. Essa seqüência na verdade se explica pela estreita ligação entre as noções de Idéia e *episteme* na obra de Platão. De fato, somente a Idéia ou o Ser mesmo das coisas pode ser a base do verdadeiro conhecimento, enquanto a opinião (*doxa*) se liga ao sensível e se funda nas aparências das coisas e não no que elas realmente são (PLATÃO, *República*, 476c).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACHCAR, Francisco. Platão contra a poesia. *Revista USP* (8): 151-158, Dez – Fev, 1991.
- ANNAS, Julia. *Introduction à la République de Platon*. Trad. B. Han. Paris: Presses Universitaires de France, 1994.
- HAVELOCK, Erik. *Prefácio a Platão*. Trad. E. A Dobránsky. Campinas: Papirus, 1997.
- LAGE, Celina Figueiredo. Mímese na República de Platão: As múltiplas faces de um conceito. *Kritérion* 102: 89-96, 2000.
- PETERS, F. E. *Termos Filosóficos Gregos: Um Léxico Histórico*. Trad. B. R. Barbosa. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989.
- PLATÃO. *A República*. Trad. Maria Helena Rocha Pereira. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.
- . *La République*. (ed. bilíngüe grego/francês) Trad. É. Chambry. Paris: Belles Lettres, 1934.
- . *A República*. Trad. J. Guinsburg. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1965.